

O QUE É O TECNÓLOGO?

A formação Tecnológica abrange as mais variadas áreas do conhecimento, que vão desde a área da Saúde, Administração, Informática e mesmo as áreas da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, abrangidas pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), berço dos cursos de Tecnologia.

O Tecnólogo é um profissional de nível superior com formação especializada, que teve seus primeiros indícios na década de 60, após a edição da Lei federal n.º 4.024/61 (antiga LDB), que em seu art. 104 permitiu a criação de Cursos de Graduação com currículos, métodos e períodos próprios, os quais foram chamados à época de Engenharia de Operação. Atualmente, estes cursos encontram guarida na nova LDB, promulgada em 1996 (Lei n.º 9394 de 20 dezembro de 1996) onde, em seu art. 44, manteve-se o permissivo legal para implementação, manutenção e funcionamento dos cursos de Tecnólogos, gerando um aumento da oferta destas graduações, e a sua expansão nas demais áreas do conhecimento.

A conceituação de Tecnólogo deve ser estabelecida tomando-se por base diversas legislações e regramentos ditados pelo Ministério da Educação – MEC, e Ministério do Trabalho – MTE, a exemplo da Lei de Diretrizes e bases (LDB), Leis Federal n.º 10.172/01 e 8.948/94, Decreto n.º 2.208/97, Decreto Federal 2.406/97, Pareceres 29, 436, do Conselho Nacional de Educação – CNE/MEC, LDB, dentre inúmeras outras.

Assim, analisando toda legislação acerca da profissão de Tecnólogo, podemos definir os cursos de Tecnologia como ***“cursos de graduação/bacharelado, de nível superior, focados na formação de profissionais especialistas, com competências e características específicas, determinadas por instituições de ensino, face à autonomia universitária, com o fim de atender demandas específicas do mercado de trabalho abrangendo as mais diversas áreas do saber, dos quais, admite, após a sua conclusão, os mais diversos cursos de aperfeiçoamento, lato ou stricto sensu, galgando ao concludente ampla e infinita capacidade de desenvolvimento profissional, como assim o é permitido aos demais cursos de graduação tradicionais”***.

Fonte: Monografia de final do curso de Graduação em Direito, depositada no acervo literário da Universidade Salvador – Unifacs, defendida pelo Advogado e atual Presidente do Sindicato dos Tecnólogos do Estado da Bahia. ***“PODER INSTITUCIONAL E NORMATIVO DO CONFEA, ENQUANTO CONSELHO DE CLASSE PROFISSIONAL, E O TECNÓLOGO”***. Salvador/2007

Você sabia???

Que na Década de 80, no Brasil, existiam pouquíssimos cursos de Tecnologia, cerca de 6 dezenas, limitados as áreas de Engenharia (maioria), Administração (raros) e Informática (quase todos), e que, **atualmente** existem mais de 5.000 modalidades de cursos de Tecnólogos, a exemplo de Estética, Corretagem de Imóveis, Processamento de Carnes, Petróleo e Gás e Segurança do Trabalho, Fundamentos Jurídicos e etc.).

Pois bem, nos últimos anos vem crescendo vertiginosamente a oferta e a procura por cursos de Tecnologia, em virtude da perspectiva e expectativa de rápida ascensão no mercado de trabalho, além da possibilidade de ampliação dos estudos a níveis mais elevados, a exemplo de pós-graduação, mestrado e Doutorado, fato creditado em face da teoria que criou os referidos cursos, inclusive em outros países mais desenvolvidos.

Atualmente, ainda persistem o corporativismo, a discriminação e as restrições aos profissionais formados em Tecnologia, o que retrata uma verdadeira dissensão, uma vez que, o Governo Federal vem estimulando e investindo altas cifras na formação Tecnológica (ampliação das Instituições Federais e estímulo às Privadas), e em contra partida, o próprio, impõe restrições e discrimina tais profissionais, seja pelo Ente da Administração Direta ou Indireta.

Desta forma, cabe ao profissional fazer valer os seus direitos lutando contra toda essa situação, que além de refletir um descaso com o “social”, traz reflexos no seio da família de cada profissional formado, que investe seus recursos em um possível crescimento profissional, porém, é colocado a margem da sociedade, por aqueles que deveriam apoiá-los.

Fonte: Inep. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

PROJETO DE LEI N.º 2245/2007

O Projeto de Lei que visa regulamentar a profissão de Tecnólogo encontra-se tramitando na Câmara dos Deputados para aprovação e seguir para o Senado para uma nova fase de alterações e aprovações.

Na Câmara dos Deputados o projeto foi aprovado após apresentação de 4 substitutivos (7/7/2010), que modificaram substancialmente o projeto inicial. O atual substitutivo do Projeto está totalmente diferente do projeto inicial, onde, retirou todas as atribuições que vinham previamente estabelecidas no Inicial, remetendo aos Conselhos de Classe Profissional o poder de regulamentar os profissionais, o que, somos plenamente contra, uma vez que retrata norma Inconstitucional, e pior, prejudicial a nós Tecnólogos.

Já em 18/08/2010 o Projeto foi encaminhado para a Comissão de Educação e Cultura (CEC) onde foi designada como relatora a Dep. Maria do Rosário (PT-RS).

Acreditamos que devemos nos manifestar contra esse atual substitutivo apresentado pelo Dep. Vicentinho, pedindo que seja reapresentado o projeto inicial, pois, entendemos ruim a nossa categoria, uma vez que remete a regulamentação para quem já nos discrimina, os Conselhos Profissionais.

Assim, não fiquemos de braços cruzados! Se atentem do assunto, leiam o projeto inicial e o último substitutivo, e promovam as manifestações cabíveis. Não fiquem omissos, pois, o prejuízo será seu.

Fonte do andamento: http://www.camara.gov.br/sileg/prop_detalhe.asp?id=372560

PARA REFLETIR:

“Não precisamos saber nem 'como' nem 'onde', mas existe uma pergunta que todos nós devemos fazer sempre que começamos qualquer coisa: 'Para que tenho que fazer isto'”

“O mundo se transforma e nós somos parte desta transformação.”

PAULO COELHO

ASSOCIE-SE JÁ!

PRECISAMOS DE VC!

VENHA UNIR FORÇAS COM O SEU SINDICATO

A SUA LUTA, É A NOSSA LUTA!



APOIO:

Solla & Solla

ADVOGADOS

3498-8230

ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL.

A Constituição Federal de 1988 prevê como atividade privativa da União, através do Congresso Nacional, a instituição de atribuições profissionais.

A Carta Constituinte de 1988, também conhecida como “Constituição Cidadã”, visando à efetividade do desenvolvimento social e econômico nacional, objetivo sublime da República Brasileira, estabeleceu, em diversas normas, conceitos e regramentos principiológicos, a instituição do Estado Democrático de Direito, cujos fundamentos basilares encontram sustentáculo no princípio da “*Dignidade Humana*” e, nos “*valores sociais do trabalho, cidadania e livre iniciativa*” bem como, soberania e pluralismo político.

Pois bem, ao primar pela prevalência dos valores sociais do trabalho, inclusive, como corolário da Dignidade Humana, a Carta Magna de 1988, concluiu, como **competência privativa da União, através do Congresso Nacional**, atendendo há um complexo processo legislativo, a atividade **regulamentar voltada ao exercício “das profissões”**, conforme pode se verificar da análise teleológica dos art. 5º, inciso XIII; 22, inciso XVI e art. 59 da Carta Constituinte de 1988.

Por outro lado, os **Entes da Administração Pública Direta e Indireta** (empresas, Órgãos Públicos, Fundações e Autarquias) seguem os **princípios da Legalidade/Especialidade/Finalidade**, dos quais, estabelecem que, tais entes devem ser **criados e regulamentados por Lei para atender determinado fim específico**, não comportando a sua atuação fora dos ditames do regramento que os criou, ou mesmo, a sua atuação em desacordo com o estrito cumprimento do ordenamento jurídico pátrio.

Assim, é por bem registrar que **a regulamentação profissional nunca poderá ser resolvida pelos Conselhos de Classe Profissionais**, uma vez que, **estes são criados com o Objetivo de fiscalizar a profissão, nunca regulamentá-la** ou estabelecer atribuições, que, já perfaz tarefa exclusiva da União, através do Congresso Nacional e atividade pertinente a Instituição de Ensino, que possui a finalidade de formar o profissional, bem como em razão da autonomia universitária, ou ambas em conjunto, um complementando o outro, principalmente, quando aquele for omissivo.

Por tais razões, todo e qualquer regramento que vise regulamentar determinada profissão, emitido por entes da Administração Pública, diverso da União, através do Congresso Nacional, ou da Instituição de ensino formadora, inclusive, legislação que remeta aos Conselhos tais poderes, são plenamente inconstitucionais, passíveis, portanto, de uma ADIN – Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Autor: Dr. Roberto Solla. OAB/BA: 26829

DIREITO DO TRABALHO

LEI PROÍBE DISCRIMINAÇÃO DURANTE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

LEI Nº 9.029, DE 13 DE ABRIL DE 1995.

Reza o art. 1º desta Lei que: “**Fica proibida a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso a relação de emprego, ou sua manutenção, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar ou idade, ressalvadas, neste caso, as hipóteses de proteção ao menor previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.**”

Cumpra esclarecer que a aplicação desta lei, analisando-a em conjunto com a CF/88, não se limita apenas a iniciativa privada empresarial, incluindo-se também as pessoas físicas e entes da Administração Pública, Direta e Indireta, dos quais, figuram como sujeitos ativos **os representantes das pessoas jurídicas**, as pessoas físicas e os Dirigentes diretos ou por delegação das empresas e Órgão da Administração Direta e Indireta.

Dentre as penas previstas para quem viola o referido diploma legal estão: detenção de um a dois anos e multa, inclusive, administrativa no valor de “10 x o maior salário pago por que a violou” e proibição de empréstimo/financiamento junto a instituições financeiras oficiais

Assim, **fiquem atentos, e caso passem por tais situações reúnam provas e denunciem no Ministério Público ou acionem a justiça.**

Dr. Roberto Solla / Sindtecno/BA.

Fonte: www.planalto.gov.br

Você sabia???

Salário Profissional

Algumas profissões possuem piso salarial pré-estabelecido em lei, a exemplo dos Médicos, Médicos Veterinários, Químicos, Engenheiros, dentre outros, outras, têm seus vencimentos estabelecidos em convenções/acordos coletivos de trabalho.

Já os Corretores de Imóveis e Advogados têm, legalmente, seus vencimentos estipulados em honorários (C - 5 a 7%; A - mínimo de 20%).

Com os Tecnólogos das áreas da Engenharia, Química e Veterinária não é diferente, uma vez que seguem a Lei 4.950A/1966 (a mesma).

Porém, existem divergências nos Tribunais quanto à aplicação dessa Lei aos Tecnólogos, onde, os Juízes trabalhistas entendem ser aplicável, e o Tribunal Superior é tem julgado contrário a aplicação da legislação, o que acreditamos ser por desconhecimento.

Conseguimos lançar um projeto de Lei para sanar tais problemas - Projeto de Lei 2827/08 (<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/122227.html>).

Por outro lado, já existe uma “súmula vinculante” do Supremo Tribunal que nega aplicação desta lei a todos os profissionais a ela referentes (Tecnólogos, Engenheiros, etc.) devido à vinculação ao salário mínimo, que entendem ser inconstitucional, remetendo a sua fixação a convenção/acordo coletivo, o que seria um retrocesso.

Lembremos que, muitos sindicatos não detém este poder de negociação, face ao imenso horizonte existente entre o poderio econômico das empresas e as limitações inerentes as entidades sindicais, principalmente, as pequenas entidades, como no caso dos Tecnólogos, que ainda lutam para se estruturar.

Assim, ao efetivar negociações quanto ao salário profissional junto à empresa, a Entidade ou mesmo o profissional (Tecnólogo), deve ter cautela, pois, infelizmente, ainda não existe uma situação definida, o que pode ocasionar uma situação desgastante e prejudicial ao lado mais fragilizado, o do trabalhador.

Mas, continuaremos atentos a este projeto de Lei, que é de grande valia a nossa categoria profissional, o que, pedimos a todos total apoio nessa empreitada.

Dr. Roberto Solla / Presidente do Sindtecno/BA